



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

CINTHIA DA COSTA SOUZA

**MULHER, ARTE E SUBJETIVIDADE EM “AS DOZE CORES DO VERMELHO”,
DE HELENA PARENTE CUNHA**

MONTEIRO – PB

2013

CINTHIA DA COSTA SOUZA

**MULHER, ARTE E SUBJETIVIDADE EM “AS DOZE CORES DO VERMELHO”,
DE HELENA PARENTE CUNHA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Joana Dar’k Costa

MONTEIRO – PB

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL – CAMPUS VI

S725m Souza, Cinthia da Costa.
Mulher, arte e subjetividade em "As doze cores do vermelho", de Helena Parente Cunha [manuscrito] / por Cinthia da Costa Souza. – 2013.

48 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Letras com Hab. em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2013..

“Orientação: Profa. Ma. Joana Dark Costa, Departamento de letras”.

1. Capitalismo. 2. Subjetividade. 3. Singularização. I. Título.

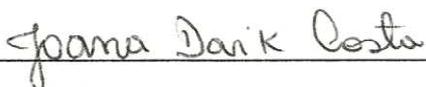
21.ed. CDD 305.4

CINTHIA DA COSTA SOUZA

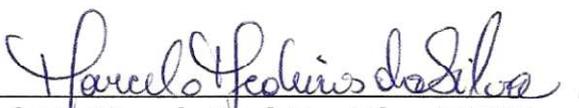
**MULHER, ARTE E SUBJETIVIDADE EM “AS DOZE CORES DO VERMELHO”,
DE HELENA PARENTE CUNHA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Aprovada em 27/08/2013



Prof^a. Ms. Joana Dar'k Costa / UEPB
Orientadora



Prof. Dr. Marcelo Medeiros Silva / UEPB
Examinador



Prof. Ms. Carlos Pereira de Almeida / UEPB
Examinador

Dedico este trabalho à minha mãe, Vera Lúcia da Costa Souza,
que, mesmo nos momentos mais difíceis, nunca deixou de
acreditar em mim.

Perdi alguma coisa que me era essencial, e que já não me é mais. Não me é necessária, assim como se eu tivesse perdido uma terceira perna que até então me impossibilitava de andar mas que fazia de mim um tripé estável. Essa terceira perna eu perdi. E voltei a ser uma pessoa que nunca fui. Voltei a ter o que nunca tive: duas pernas. Sei que somente com duas pernas é que posso caminhar. Mas a ausência inútil da terceira me faz falta e me assusta, era ela que fazia de mim uma coisa encontrável por mim mesma, e sem sequer precisar me procurar. (Clarice Lispector)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo empreender uma análise do romance “As doze cores do vermelho”, de Helena Parente Cunha (2009). Para tanto, realizamos discussões tomando como aporte teórico estudos de Guattari (2011), Rolnik (2011), Foucault (2004), entre outros. Partindo da ideia de que a relação do ser humano consigo mesmo, com o outro e com o mundo é socialmente constituída, procuramos desconstruir a ideia de que existiria uma essência inerente a todas as pessoas, de forma universal. Desta maneira, entramos no campo da construção das Subjetividades, ressaltando que há uma forma padronizada de Subjetividade dominante, aliada ao sistema capitalista, que busca tornar todos os indivíduos modelizados e subjugados ao seu domínio, por meio da propagação da cultura de massa. Em contraposição a esta forma de dominação, existe a tentativa de fugir ao padrão estabelecido socialmente, criando novas e diferenciadas formas de existência, através dos processos de singularização da Subjetividade. É no conflito entre estes dois polos que encontramos a protagonista de “As doze cores do vermelho” (2009), dividida entre viver da forma que lhe foi ensinada, dentro dos moldes instituídos, ou de acordo com a vida que escolheu para si, tendo a ousadia de singularizar sua própria Subjetividade. Diante da impossibilidade de viver plenamente sua singularidade, a personagem oscila entre estes dois extremos, não conseguindo situar-se inteiramente em nenhum deles. Esta fragmentação entre os dois lados e a infrutífera luta por autonomia conduzirão a personagem a um esgotamento existencial, em que perceberá, por fim, que nunca pertenceu a nenhum dos lados.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Subjetividade; Singularização.

ABSTRACT

The present paper aims to undertake an analysis of the novel “The twelve colors of red”, by Helena Parente Cunha (2009). For that, we have realized discussions taking as a theoretical support studies by Guattari (2011), Rolnik (2011), Foucault (2004), among others. Starting from the idea that the relationship of the human being with themselves, with the others and the world is socially constituted, we seek to deconstruct the idea that there would be an essence inherent to all people, universally speaking. This way, we enter the field of the construction of subjectivities, highlighting that there is a standardized form of a prevailing subjectivity, allied to the capitalist system, that seeks to make all individuals modeled and subjugated to its domination, through the spreading of mass culture. In opposition to this form of domination, there are attempts of escaping the socially established pattern, creating new and different forms of existence, through the processes of singularization of subjectivity. It is in the conflict between these two poles that we find the leading figure of “The twelve colors of red” (2009), torn between living the way she had been taught, within the established patterns, or according to the life she had chosen to herself, daring to single out her own subjectivity. Faced with the impossibility of fully living her singularity, the character oscillates between these extremes, not being able to entirely locate one of them. This fragmenting between both sides and the fruitless struggle for autonomy will lead the character to an existential exhaustion, in which she will finally realize that she had never belonged to any of those sides.

KEYWORDS: Capitalism; Subjectivity; Singularity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	12
A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES	12
1.1. A Constituição das Subjetividades Contemporâneas	13
1.1. Os Rizomas e o Princípio da Cartografia	16
1.3. Subjetividade: a Abordagem Esquizoanalítica	19
1.4. Subjetividade e Capitalismo: A Possibilidade de Singularizar	21
CAPÍTULO II	29
A SINGULARIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: PINTANDO A VIDA COM NOVAS CORES	29
2.1. A autora e a obra.....	30
2.2. Oscilações: o lado de cá ou o lado de lá?	32
2.3. O peso das vozes: amarras e prisões.....	37
2.4. Singularização através da arte	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os movimentos de singularização da Subjetividade feminina agenciados pela protagonista do romance “As doze cores do vermelho”, da autora baiana Helena Parente Cunha (2009). Esta obra é marcada por um forte tom de contestação aos traços patriarcais ainda vigentes em nossa sociedade. Apresenta como protagonista uma personagem feminina que, durante a sua formação, entra em conflito com os valores já consagrados pela sociedade, iniciando um processo de desnaturalização de tais valores, o qual alcançará seu ápice com a chegada da vida adulta. Casada com um homem conservador e mãe de duas filhas, a personagem encontrará através da pintura uma via de libertação, de fuga das prisões da vida diária, expressando, em suas telas, seus desejos e sua forma particular de perceber o mundo. A partir da tentativa de conciliar os afazeres domésticos e a dedicação à pintura, surge o enfrentamento de inúmeras dificuldades, que se agravarão de tal forma, a ponto de causar um esgotamento existencial e o dilaceramento do eu – sintomas que se manifestarão no corpo em forma de doença.

Helena Parente Cunha estreou cedo na carreira literária, escrevendo seu primeiro poema aos 07 anos de idade. Natural de Salvador, Bahia, ganhou diversos concursos de poesia, ao longo da adolescência e da vida adulta. Sua primeira publicação em livro ocorre em 1967, quando seu nome faz parte da “Moderna antologia bahiana”. O primeiro livro escrito pela autora, no início dos anos 60, possuía forte influência do movimento literário da poesia concretista. Morando, então, no Rio de Janeiro, tenta por longos anos publicar sua primeira obra. O resultado só chega, no entanto, em 1978. A partir desta primeira publicação, a autora passa a publicar principalmente contos, até estreitar sua produção em romance, com “Mulher no espelho”, em 1983. Esta obra apresenta forte tom de protesto contra a situação passiva e submissa da mulher, proibida de expressar e realizar seus desejos.

A temática do protesto com relação à situação da mulher perpassa toda a produção madura de Helena Parente Cunha, fazendo-se presente, posteriormente, em “As doze cores do vermelho”, publicado em 1989. Nesta obra, a própria autora revela ter atacado fortemente o modelo em que foi educada ([1999] 2004, p. 16). Tendo vivenciado esta ordem patriarcal, a autora expressa, através de suas narrativas, sua revolta ante a hierarquização social, que deixa a mulher em posição desprivilegiada.

Buscamos evidenciar, em nossa análise, os processos de singularização da Subjetividade e as lutas pela autonomia, em oposição à produção de Subjetividade serializada, modelizada por diversos dispositivos de natureza política, midiática, social, econômica, etc.

vigente em nossa sociedade. Para tanto, utilizaremos, como aporte teórico, estudos de autores como Félix Guattari, Suely Rolnik e Michel Foucault, que, fazendo uma relação entre diversos campos do saber, trouxeram significativas contribuições acerca dos processos de construção e singularização das Subjetividades.

A obra que constitui o *corpus* de análise neste trabalho e a abordagem teórica escolhida como suporte para esta análise caminham lado a lado, na medida em que apresentam significativas inovações em seus campos de atuação. A primeira, no âmbito da criação literária, nos conduz pelo enredo da estória de uma maneira nova e inusitada, que ocorre tanto pela estruturação pouco comum das partes que constituem o romance, assim como pela maneira como se dá a narrativa, unindo, em um único fio, fragmentos de distintos tempos e espaços, sem, contudo, perder a linearidade e a coerência dos fatos que relata. A segunda, no campo da produção de conhecimento, reúne, em um mesmo diálogo, áreas diversas do saber, fazendo deste entrecruzamento de vozes um discurso plural, em que se abrem novas perspectivas de interpretação acerca dos fatos que nos rodeiam e nos intrigam em nossa vida contemporânea.

Desta forma, realizamos um diálogo entre a Literatura e a Psicologia – utilizando duas de suas vertentes, a Psicanálise e a Esquizoanálise –, trazendo contribuições também de áreas como a Filosofia, a Sociologia, a Política, entre outras. Por meio desta rica contribuição trazida pelo aporte teórico que utilizamos, buscamos elucidar, ao longo do trabalho, como ocorrem – tanto na Literatura quanto na vida real – as lutas pela emancipação do indivíduo, através da construção de uma Subjetividade singularizada em detrimento das amarras impostas pela Subjetividade serializada dominante, instrumento de apassivação das massas utilizado pelo capitalismo.

Partindo do exposto, nosso trabalho divide-se em dois capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uma exposição dos principais conceitos relacionados ao tema da construção das Subjetividades, seus processos de serialização e singularização, bem como suas implicações na contemporaneidade.

O segundo capítulo apresenta uma análise do romance de Helena Parente Cunha (2009), à luz da abordagem teórica apresentada no capítulo anterior. Para tanto, observamos os movimentos de construção da Subjetividade empreendidos pela protagonista parenteana, por meio de uma discussão que relaciona fragmentos da obra literária ao aporte teórico que utilizamos neste estudo.

Por fim, apreendemos, através do estudo realizado, o caráter dinâmico e permanente da constituição das Subjetividades, bem como as tentativas de apassivação das massas

empreendidas pelos processos de subjetivação capitalísticos. Além disso, apontamos para a possibilidade de singularização da existência como alternativa à serialização imposta, através da criação de novas e originais formas de existir no mundo. Destacamos, ainda, as dificuldades encontradas neste processo de negação das formas padronizadas que nos são impostas, chegando aos seguintes questionamentos: é possível singularizar, ou seremos sempre reféns de uma Subjetividade serializada dominante?

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

1.1. A Constituição das Subjetividades Contemporâneas

Trataremos neste capítulo das questões teóricas acerca da Subjetividade, bem como as formas que esta pode assumir em nossa paisagem contemporânea. Para tanto, utilizaremos aqui a abordagem da *Esquizoanálise*, que é um dos campos da Psicologia que pode ser comparado à Psicanálise, porém, com marcantes diferenças teóricas – dentre elas, a concepção do inconsciente freudiano, que ganha novos contornos no ponto de vista esquizoanalítico. A partir deste enfoque teórico, buscaremos compreender a noção de Subjetividade, apontar os processos de subjetivação na atualidade, bem como os caracteres de *serialização* e de *singularização* da Subjetividade, que podem emergir deste processo como resultado da ação do indivíduo diante das constantes transformações que se lhe impõem.

A noção de Subjetividade que procuramos apresentar aqui não se relaciona, como se poderia imaginar, a uma suposta “essência” constitutiva do sujeito, sendo esta uma característica determinada e imutável. Procuramos desconstruir também, neste estudo, as clássicas dualidades, que são elementos combinados de tal forma que dividem sempre a realidade em pares de opostos, tais como corpo/mente, interior/exterior, individual/coletivo, sujeito/mundo, entre outras. Em nossa abordagem, propomos uma visão de realidade como sendo constituída por diversos elementos ou *máquinas* (GUATTARI, 2003 *apud* PARPINELLI, 2005), que se relacionam entre si e com o indivíduo, influenciando a relação deste com o mundo e alterando a sua própria constituição. Nas palavras de Guattari e Rolnik (2011, p. 43), a subjetividade “resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia e tantas outras”.

São estes elementos de natureza social, política, midiática, econômica, científica, emocional, etc. que se encontram em constante movimento de mutação, e atravessam ininterruptamente a figura subjetiva, formando sobre ela diferentes constelações de forças que, em determinado momento, levarão a Subjetividade a se reconstruir, assumindo uma nova forma.

Através do exposto até aqui, podemos apreender a Subjetividade como a pluralidade de relações entre as diversas máquinas constitutivas da realidade e o sujeito desejante, sobre o qual as forças exercidas por estes elementos vão se aglomerando até que ele necessite abandonar sua antiga forma e delinear uma nova figura subjetiva, atendendo assim à demanda de constante mutabilidade exigida pelos processos cada vez mais acelerados da vida moderna.

Desta forma, a Subjetividade se nos apresenta não como uma figura imutável, mas, pelo contrário, como uma forma em constante processo de construção e transformação. Nesta

rede de relações e jogos de forças que a Subjetividade engendra, apagam-se os limites entre a realidade exterior e interior, entre o sujeito e o mundo. O indivíduo é a própria rede, assim como o mundo também o é. Não existe mais aqui uma oposição entre polos contrários, pois todos os elementos se entrecruzam numa relação permanente, fazendo parte do mesmo universo, apenas alterando seus contornos quando uma nova mudança se faz necessária (MACHADO, 1999).

A fim de possibilitar uma visão mais clara a este respeito, utilizaremos aqui uma comparação feita pela psicanalista Suely Rolnik (1997) entre a Subjetividade e as dobras da pele de um indivíduo, explicitando como o jogo de forças maquínicas atua sobre o sujeito e como, a partir das demandas por novas configurações, a Subjetividade se transforma, assumindo literalmente novos contornos, reafirmando assim seu caráter de constante mutabilidade e a indissociabilidade entre o sujeito e o mundo que o cerca. Rolnik (1997) nos convida a fazer uma viagem pelo mundo da Subjetividade, em que observaremos, em diversas etapas de aproximação, a figura de um indivíduo. Somos levados a contrastar nossa visão precária e inicial acerca do sujeito com uma percepção nova e cada vez mais aguçada, ativada pela força do “olho vibrátil”, que é “tocado pela força daquilo que vê” (ROLNIK, 1997, p. 01). Este olhar vibrátil nos permitirá, então, enxergar além das aparentes formas imutáveis e nos levará a perceber os jogos de forças que ali tomam lugar, transformando continuamente a Subjetividade que observamos e destacando as características de tal processo.

Segundo Rolnik (1997), antes de ativar a vibratibilidade de nosso olho, a primeira visão que temos do sujeito é a de um ser definido, com contornos fixos e aparentemente imutáveis, que delineiam, assim, uma clara separação entre interior e exterior. Esta é, aliás, a percepção que normalmente temos ao falar em Subjetividade: um todo que forma um indivíduo de contornos definidos, dotado de uma essência interior e separado do mundo externo. Notamos, no entanto, que esta visão é deveras superficial e insuficiente para o objetivo a que nos propomos. Para enxergar além da superfície, faremos uso de nosso olho vibrátil, e uma nova configuração da realidade se fará visível através das forças em constante vibração. Como nossa primeira visão sobre o indivíduo mostrou-se precária e insuficiente, aguçaremos neste momento a capacidade de percepção de nosso olho vibrátil, nos aproximando mais de nosso objeto de análise, em mais uma etapa de exploração.

Para esta finalidade, a constituição tradicional do indivíduo se mostra pouco eficaz, levando-nos, então, a utilizar em nossa análise um pequeno artifício. Retiramos da pele que envolve este sujeito a sua configuração habitual, colocando-a em um ambiente plano, de forma que esteja completamente lisa. É com o olho vibrátil que enxergamos agora e logo

percebemos uma inquietação na pele que se encontra estirada, como se sobre ela estivesse sendo exercido algum tipo de pressão. Neste momento entram em jogo as forças maquínicas da realidade, que a todo o momento atravessam a figura subjetiva, influenciando a sua constituição. Sob efeito de tal jogo de forças, o indivíduo é levado a mudar sua antiga configuração, de modo que a pele se dobra em diversas curvas, assumindo assim uma nova forma. Para a autora, esta forma inusitada, cheia de contornos indefinidos é, precisamente, o que podemos chamar de Subjetividade.

Novos jogos de forças continuarão a perpassar esta figura, acumulando-se sobre ela, formando o que podemos designar como constelações de sentido. Quando tais constelações atingem um determinado grau de instabilidade, a figura da Subjetividade não mais comporta a forma vigente, de modo que, sob o efeito de tais forças, a pele dobra-se novamente. A partir deste movimento de fazer e refazer dobras, percebemos que pontos próximos se afastam, da mesma forma que pontos distantes se aproximam. Nenhuma das configurações assumidas neste jogo é definitiva, a transformação é o seu princípio.

Percebemos também que, diferentemente da percepção que tínhamos à primeira vista, na configuração atual do sujeito – sua nova figura subjetiva – não há limites claros entre interior e exterior, de forma que não podemos identificar um lado de *dentro* e um lado de *fora*. A noção de espaço é aqui modificada, pois *dentro* e *fora* estão lado a lado, constituindo sempre um espaço *entre* o sujeito e o mundo. Ambos se interpenetram continuamente, de modo que a tradicional fronteira entre o indivíduo e a realidade exterior deixa de existir. Para a autora,

um tanto perplexos, nos damos conta que o dentro, aqui, nada mais é do que o interior de uma dobra da pele. E reciprocamente, a pele, por sua vez, nada mais é do que o fora do dentro. A cada vez que um novo diagrama se compõe na pele, a figura que até então ela circunscrevia é como que puxada para fora de si mesma, a ponto de acabar se formando uma outra figura. É só neste sentido que podemos falar num dentro e num fora da subjetividade: o movimento de forças é o fora de todo e qualquer dentro, pois ele faz com que cada figura saia de si mesma e se torne outra. O fora é um “sempre outro do dentro”, seu devir (ROLNIK, 1997, pág. 02).

A esta concepção podemos acrescentar também a visão de Leila Machado (1999), que desenvolve um raciocínio parecido ao de Rolnik (1997) quanto à constituição da Subjetividade. Na comparação de Machado (1999), as máquinas da realidade compõem fios que se entrelaçam no emaranhado de uma rede, assim como o indivíduo, com todas as suas particularidades, também constitui, em si mesmo, uma rede. Esta rede não possui uma estrutura lisa, mas sim estriada, e também faz dobras provisórias, assim como a pele do

indivíduo quando vista sob efeito das forças interiores e exteriores que a afetam a todo o tempo. Os fios que compõem esta rede e, por conseguinte, o próprio sujeito, são históricos, de natureza maquínica – “palavras, gestos, moedas, musicalidades, conhecimentos, etc.” (MACHADO, 1999, p. 02). Quando formam dobras, assume uma determinada figura a Subjetividade, processo que irá se repetir indefinidamente. Mais uma vez, aqui, não existem as noções clássicas de *aberto* e *fechado*, ou *fora* e *dentro*. O espaço se faz entre tais noções, na medida em que as dobras assumem formas provisórias num movimento incessante, nos quais a Subjetividade do indivíduo vai se transformando. Ressaltemos, mais uma vez, que sujeito e mundo acabam fazendo parte de uma mesma teia de relações. Os limites se confundem, sem fronteiras definidas (MACHADO, 1999).

1.2. Os Rizomas e o Princípio da Cartografia

Como vimos, os elementos ou máquinas que compõem a realidade encontram-se conectados, como uma rede, estabelecendo relações entre a Subjetividade e o mundo. É neste contexto que apresentaremos, aqui, a noção de *rizomas*, ferramenta de fundamental importância para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no campo da Subjetividade.

Em Biologia, o termo “rizoma” remete a um tipo de vegetação rasteira que se expande desordenadamente em várias direções, sem começo, meio e fim definidos, podendo assumir diversas formas. Por esta razão, esta terminologia foi incorporada pela Esquizoanálise, para designar a rede de relações estabelecidas pelo indivíduo, rede esta sem formas definidas. O rizoma pode ser entendido como uma teia repleta de ramificações, que se conectam e reconectam constantemente através de elementos múltiplos e heterogêneos – as máquinas de que é feita a realidade (PARPINELLI, 2005). Deleuze, ao fazer referências ao rizoma, ressalta: “Nada de ponto de origem ou de princípio primordial comandando todo o pensamento; portanto, nada de avanço significativo que não se faça por bifurcação, encontro imprevisível, reavaliação do conjunto a partir de um ângulo inédito” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 35).

Desta forma, podemos dizer que tanto a realidade quanto a Subjetividade são constituídos de maneira *rizomática*, pois estas se fazem por meio das inúmeras conexões estabelecidas entre um número indefinido de elementos, que se encontram em constante metamorfose.

A Subjetividade consiste, então, na articulação dos aspectos intra e extrapsíquicos do indivíduo com as forças dinâmicas que compõem a realidade. Esta articulação, por sua vez,

ocorre segundo os princípios rizomáticos, que são: *multiplicidade, conexão, heterogeneidade, ruptura e cartografia*. Desta forma, qualquer parte de um rizoma pode se conectar com qualquer parte de outro rizoma, formando, a qualquer momento, uma nova rede com contornos imprevistos. Tais conexões derrubam, portanto, a noção de unidade, segundo a qual o indivíduo consistiria em uma totalidade definitiva, imutável.

A partir das inúmeras ramificações tecidas pelo rizoma, a Subjetividade se auto constitui e reconstitui, regida por um processo de constante transformação (PARPINELLI, 2005). Com base no pensamento de Deleuze e Guattari, esta autora ressalta que a concepção rizomática

atribui à subjetividade uma mutabilidade que abre espaço à criação, ao novo e a novos desdobramentos. Desprende-a de estruturas cristalizadas que impossibilitam o avanço, que insistem em evocar fantasmas e manter a subjetividade sob o jugo de normas e padrões tendentes à reprodução. Tomando emprestada a ideia de Heráclito de que ninguém mergulha duas vezes no mesmo rio, porque tanto a pessoa quanto o rio já não são mais os mesmos, pode-se ilustrar a mutabilidade da subjetividade, pois a cada passo ou a cada mergulho o indivíduo se conecta com múltiplos equipamentos de subjetivação e se metamorfoseia durante este percurso (PARPINELLI, 2005, p. 05).

Diante do exposto, podemos elaborar uma definição mais apurada acerca da Subjetividade. Sabemos que ela resulta do jogo de forças entre a realidade e a figura do indivíduo, que se encontra em constante mutação. Esta figura não se divide em interior e exterior, nem possui contornos definidos. Assemelha-se mais a uma rede, com diversos fios emaranhados, que estão continuamente estabelecendo novas conexões, novas relações entre si e com o mundo. Entendemos que o mundo também é constituído como uma enorme teia, em que a Subjetividade se insere. Desta forma, a figura subjetiva e a própria realidade se confundem, pois não há limites definidos entre o indivíduo e o mundo que o cerca. Conforme afirmam Guattari e Rolnik, “a subjetividade não é possível de totalização ou centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra coisa é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (2011, p. 40).

Por não constituir uma essência, a Subjetividade consiste em uma multiplicidade, uma vez que se constrói a partir de relações estabelecidas entre o indivíduo e as diversas máquinas que compõem a realidade. O que caracterizamos como uma rede sem contornos definidos, repleta de dobras e ramificações que se modificam a todo o momento é o que chamamos também de multiplicidade ou figura subjetiva. Estes termos designam a Subjetividade, sendo

esta o próprio indivíduo, na medida em que se conecta com o mundo ao seu redor, estabelecendo continuamente novas relações. É, portanto, partindo dessa visão que Guattari (1992, p. 19) esboça uma definição para a Subjetividade: “O conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (1992, p. 19).

A Subjetividade tem como característica principal o fato de estar fundada sobre a permanente mudança. Por esta razão, podemos dizer que a Subjetividade constitui um *devenir*, que é a capacidade de vir a ser, transformar-se, estar propenso a ser tocado pelas forças de diversos dispositivos, tais como: cultura, mídia, religião, gosto musical, forma de vestir-se, falar, etc. O indivíduo está a todo o momento sendo tocado pelas forças do mundo, que o atravessam, além das forças que dele mesmo emanam. Além disso, constitui também uma característica marcante da Subjetividade a sensibilidade à presença do outro, as relações com a alteridade que as multiplicidades estabelecem.

Esta capacidade do indivíduo de perceber além dos órgãos dos sentidos, tornando-se sensível a este imenso campo de forças que o cerca por todos os lados, foi denominada por Suely Rolnik (2011) de *corpo vibrátil*. Assim como utilizamos anteriormente a noção de *olhar vibrátil*, elaborada pela mesma autora, para captar as transformações ocorridas na Subjetividade para além da dimensão visível, faremos uso agora da percepção do corpo vibrátil para caminhar no terreno imprevisível da construção de Subjetividades, a partir de incessantes jogos de forças e transformações. É neste terreno que encontramos o *devenir*, este constante movimento em direção à mudança, às adaptações que o mundo contemporâneo demanda em ritmo acelerado, e à possibilidade de transformar e ser transformado pelo outro.

Outra ferramenta para estudar, apreender e registrar os fenômenos de mutação das multiplicidades é o princípio de *cartografia*. Esta se constrói e se modifica juntamente com os fatos que analisa, na medida em que acontecem. De acordo com Rolnik (2011):

Para os geógrafos, a cartografia [...] é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 2011, p. 23).

A cartografia é, pois, uma maneira de compreender a Subjetividade, de representar suas inúmeras conexões de maneira rizomática através da figura dos mapas. Tomamos o mapa

como o exemplo de representação gráfica das relações que a Subjetividade estabelece porque ele consiste em um conjunto de linhas entrecruzadas, assim como o rizoma apresenta uma série de conexões emaranhadas. Com o mapa, podem-se traçar novas linhas sobre o mesmo espaço, estabelecer a qualquer momento novas conexões, assim como o rizoma o faz. É este caráter de possibilidade de modificações que permite ao mapa ser tido como exemplo da figura da Subjetividade (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 22 *apud* PARPINELLI, 2005).

1.3. Subjetividade: a Abordagem Esquizoanalítica

Cabe, neste momento, salientar a diferença teórica que justificará a abordagem da Subjetividade através do olhar da Esquizoanálise, em contraposição à Psicanálise. Como mencionamos no início deste capítulo, as duas áreas do conhecimento possuem marcantes diferenças teóricas. Porém, destacaremos aqui aquela que nos interessa para a elaboração desse trabalho. Veremos, então, que a Esquizoanálise lança um novo olhar sobre o inconsciente freudiano, reformulando esta construção teórica. Inicialmente, devemos ressaltar o fato de que a Psicanálise isolou o inconsciente das esferas social e política, tendo encerrado todos os acontecimentos externos ao núcleo familiar ou a um simbólico familiarista, como aponta LAPOUJADE (2011). Já para a Esquizoanálise, o inconsciente não se restringe a uma instância intrapsíquica, a um repositório de desejos reprimidos voltados para o passado do indivíduo. A concepção de inconsciente é ampliada, abrangendo a totalidade de relações das multiplicidades com os contextos social e histórico que as rodeiam. Volta-se também para a atualidade, formando um devir, na medida em que entra em contato com as demandas da Subjetividade em constante transformação.

Desse modo, para a esquizoanálise, o inconsciente é marcado pelas multiplicidades, é perpassado por raças, costumes, tecnologias, momentos, imagens, culturas, crenças, religiões, pelo econômico, político, social, etc. Ele se configura como uma grande máquina desejante, uma usina de forças que obtém energia, ao mesmo tempo em que imprime suas forças, por trocas com elementos intra e extrapsíquicos (PARPINELLI, 2005, p. 06).

Partindo deste entendimento de inconsciente, não devemos tentar reduzi-lo a uma totalidade determinada, tampouco tentar interpretá-lo. Devemos assumir o inconsciente como uma instância movida pelo ato criador, pela constante mutação e produção de novos desejos (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 28 *apud* PARPINELLI, 2005). Esta concepção do inconsciente como máquina desejante, de caráter produtivo e criador nos leva, por fim, à grande força motriz que proporciona as transformações nas multiplicidades. Podemos

concluir, então, que o *desejo* é a grande máquina propulsora da produção de Subjetividade, que permite ao ser humano a constante busca pela criação e pelo novo, sempre em movimento e em contato com diferentes máquinas (PARPINELLI, 2005).

O incessante desejo por novas experiências, diferentes relações maquínicas e novas configurações da Subjetividade levam o indivíduo a mudar com frequência seus modos de viver, construindo, assim, novos *territórios existenciais*. De acordo com Machado (1999), “Os territórios se compõem de materiais existenciais, como comportamentos, valores, relações sociais, etc.” (p. 07). Tais territórios possuem caráter provisório, e ao seu processo de composição chamamos *territorialização*. Não podemos esquecer que vivemos no tempo das mudanças aceleradas: nem bem um território acaba de ser constituído, já existe a demanda pela criação de novos territórios, abandonando a sua antiga forma e assumindo uma nova configuração. Cada vez que a Subjetividade altera seus contornos, o indivíduo é impelido a forjar novos territórios existenciais. Este movimento de sair de um território já constituído, alterando suas formas, é chamado *desterritorialização*.

Após os processos de territorialização e desterritorialização, faz-se necessária a composição de um novo território existencial, pois o indivíduo não pode permanecer desterritorializado – necessita sempre de um novo território em que possa fundar sua existência. A este processo de composição de novos territórios, chamamos *reterritorialização*. Assim, o indivíduo está continuamente saindo de seu território e fundando-se em novas bases, passando inúmeras vezes por tais experiências ao longo de sua existência. Especialmente em tempos contemporâneos, em que as mudanças nos modos de viver ocorrem de forma acelerada, os processos descritos são convocados a atuar com maior velocidade e frequência. Visto que a Subjetividade não assume uma forma cristalizada, o indivíduo está sempre investindo suas energias em inúmeros processos de territorialização, desterritorialização, e reterritorialização (MACHADO, 1999).

Como mencionamos anteriormente, na atualidade, as mudanças nos modos de existir ocorrem de maneira desenfreada, de forma que os territórios constituídos tornam-se rapidamente obsoletos. O indivíduo se vê, então, com receio de não conseguir acompanhar o ritmo vertiginoso das transformações da vida moderna em uma corrida sem objetivos, sem sentido. Por esta razão, “As muitas coisas que somos, que gostamos, que fazemos às vezes não chegam nem mesmo a assumir uma forma ou somente assumem formas padronizadas” (MACHADO, 1999, p. 05). Emerge, neste contexto, com o pavor de não acompanhar o ritmo acelerado das mudanças e “ser deixado para trás”, o desejo de neutralizar a tensão do jogo de

forças que atua constantemente sobre a Subjetividade, buscando anestesiá-la, recorrendo a formas cristalizadas de existência.

Abordaremos, no tópico seguinte, a posição que ocupam as noções de Subjetividade no contexto mundial na atualidade, bem como suas relações com o que Guattari (2011) chamou de Capitalismo Mundial Integrado, sistema político-econômico que estende seu domínio à maior parte das nações do globo.

1.4. Subjetividade e Capitalismo: A Possibilidade de Singularizar

Nos tópicos anteriores, apresentamos uma exposição sobre as características que compõem os processos de construção da Subjetividade. Diante do exposto até aqui, cabe agora ressaltarmos que caráter assumem tais processos na Contemporaneidade. Atualmente, temos a hegemonia do sistema capitalista e do processo de globalização, que funcionam como veículos de propagação de determinados valores e ideais, com o objetivo de atingir todas as esferas da sociedade e exercer, assim, o seu domínio sobre as massas. Os processos que apresentamos até aqui, no entanto, nem sempre ocorrem da maneira como os descrevemos, ou seja, de forma a tornar o indivíduo autônomo, construtor de sua própria Subjetividade. Há, em tempos contemporâneos, uma série de fatores que vem influir na construção da Subjetividade – fatores estes que buscaremos elucidar ao longo da exposição que iniciamos a partir deste ponto.

Levantaremos questões relevantes a respeito da posição que a Subjetividade ocupa neste contexto, ao mesmo tempo em que investigamos como ocorre os processos de subjetivações na atualidade. Ressaltaremos as interferências sofridas neste processo, bem como seus aspectos positivos ou negativos. Para tanto, inicialmente é preciso delimitar o contexto social e histórico que será alvo da análise.

Atualmente, vivemos sob a vigência do sistema político-econômico capitalista, que traz consigo o fenômeno da globalização. Guattari (2011) optou por denominar tal sistema, juntamente com o processo de globalização que o acompanha, como Capitalismo Mundial Integrado – CMI – pois, ao mesmo tempo em que o termo “globalização” se mostra insuficiente para designar a natureza das transformações ocorridas na contemporaneidade, o capitalismo integra, sob um mesmo padrão hegemônico, quase todas as nações do globo (GUATTARI, 2011). Neste contexto, o sistema capitalista busca dominar as populações não apenas no plano econômico, mas, podemos dizer, em todas as esferas da vida social e privada. Para Deleuze (1996, p. 35), “as religiões, os estados, a ciência, o direito, a televisão etc. são

potências capazes de impor determinados modos de se estar e existir. Cada uma dessas potências não se contentando em ser exterior a mim, a nós, também passa através de cada um de nós”.

Através da propagação de bens de consumo, o CMI procura estender seu domínio ao maior número de indivíduos possível. Para tanto, não basta a disseminação de mercadorias, mas, com elas, a propagação de todo um modo de perceber e se comportar diante da vida. Sobre este fenômeno, Guattari & Rolnik (2011) afirmam:

A produção da subjetividade pelo CMI é serializada, normalizada, centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental. Esse esquadrinhamento da subjetividade é o que permite que ela se propague em nível de produção e do consumo das relações sociais, em todos os meios (intelectual, agrário, fabril etc.) e em todos os pontos do planeta (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 48).

Tal feito torna-se possível a partir do momento em que o capitalismo apropria-se da cultura e faz dela um bem de consumo, usando-a como um veículo de propagação de seus valores. Desta forma, a cultura torna-se uma ferramenta eficaz a serviço da grande máquina capitalística, para alcançar as esferas mais pessoais da vivência humana e modificar, assim, a maneira como as pessoas se relacionam com sua própria existência e com o mundo. Este fato vem influenciar, por fim, a construção das Subjetividades. Podemos, a esta altura, levantar os questionamentos: como o Capitalismo Mundial Integrado se apodera da esfera cultural para fazê-la espelhar os seus interesses? De que maneira estas transformações na cultura são operacionalizadas no dia a dia dos indivíduos, conseguindo alterar os contornos da Subjetividade? Que mecanismos podem ser acionados como forma de defesa contra a padronização das Subjetividades?

Para que possamos responder a estas questões, é importante salientar que todo sistema político-econômico possui uma *política de subjetivação* que lhe é peculiar (ROLNIK, 2011). É através deste mecanismo que o CMI assume o controle das esferas culturais, produzindo os chamados *modos de subjetivação capitalísticos* e exercendo, assim, o domínio sobre as massas. De acordo com Rolnik (2003, p. 01):

[...] a partir dos anos 1970 ou 80, o capitalismo vem fazendo da força de invenção sua principal fonte de valor, o motor mesmo da economia, e para isso tem mobilizado esta força por todo corpo social. Este fenômeno, pensado pelos autores do ponto de vista econômico e macropolítico, implica evidentemente uma política de subjetivação [...] (ROLNIK, 2003, p. 01).

O CMI trata, num mesmo plano formal, valores de desejo, valores de uso e valores de troca (GUATTARI, 1992), de modo que a cultura como um todo passa a ter seu valor atribuído de acordo com o princípio de *equivalente geral* do capitalismo, segundo o qual o capital é a unidade-padrão de valor de todos os elementos. A cultura passa a funcionar, então, como esferas isoladas de atividades padronizadas, não-autônomas, cuja autonomia só se concretiza em nível de mercado (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 21). A cultura torna-se um bem de consumo cuja função é propagar os valores do capitalismo. Tais valores consistem em anular o potencial criador das multiplicidades, tendo por finalidade produzir indivíduos padronizados, que irão favorecer a manutenção do sistema dominante. Assim,

a ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de afeto, etc. [...] a ordem capitalista produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, passado e futuro – em suma ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 51).

Por isso, podemos falar especificamente em *processos de subjetivação capitalísticos*, salientando que, de tais políticas de subjetivação, há resultados que oscilam entre dois extremos possíveis: os caracteres de *serialização* ou de *singularização* dos indivíduos. O primeiro consiste no perfil já mencionado: o indivíduo que recebe acriticamente uma forma-Subjetividade padrão, tal como lhe é apresentada, fabricada no seio da hegemonia capitalística e mantenedora dos valores capitalistas vigentes. Este processo, no entanto, entra em choque com fatores de resistência, que se opõem a este processo de serialização das massas, na medida em que se constroem modos de subjetividade originais e singulares. Assim, a segunda opção destoa radicalmente da noção que acabamos de apresentar, consistindo naquilo que Guattari e Rolnik (2011) definem como capacidade de *singularizar*, apostando nas capacidades de *criação* e de *resistência* dos indivíduos.

No entanto, estes dois resultados situados em extremos opostos não são os únicos possíveis decorrentes das políticas de subjetivação, pois um não anula completamente o outro. Se pensarmos em indivíduos serializados, consideremos que eles sigam o padrão imposto pelo sistema vigente e absorvam passivamente a cultura de massa. Todavia, é possível que tais indivíduos apresentem, em determinado momento de sua história, momentos de resistência contra esta mesma massificação.

De forma semelhante, uma Subjetividade singular pode-se deixar levar, de alguma forma, pelos padrões impostos pela sociedade capitalista, agindo como uma forma-Subjetividade serializada, padronizada. É possível, então, que uma Subjetividade seja predominantemente singular, apresentando alguns momentos de concordância com o sistema dominante; ou predominantemente serializada, mostrando, algumas vezes, momentos em que entram em ação as forças de resistência e criação, características de uma Subjetividade singular. Convergindo com esta visão, apresentamos o pensamento de Guattari (2011), acerca dos processos de subjetivação capitalísticos e os efeitos que deles decorrem:

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 42).

Guattari (2011) acredita ser possível rejeitar a aceitação passiva dos valores propagados pelo CMI, através da criação de formas próprias de se posicionar diante da vida e do mundo. Nisso consiste o processo de singularização da Subjetividade: recusar padrões preestabelecidos e fazer uso de sua própria força criadora na construção da Subjetividade. Para o autor, o processo de singularização da Subjetividade, ou sua reapropriação, somente se realiza quando os indivíduos envolvidos nesse processo “criam seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante” (p. 49-50).

Este processo torna-se possível devido ao caráter de constante movimento e transformação da Subjetividade, que possibilita sempre uma nova percepção por parte do indivíduo acerca de si mesmo e do mundo. Assim, são invocadas as duas forças principais que funcionam como mecanismos de defesa contra a serialização em massa promovida pelo capitalismo: as potências de criação e resistência, que buscam resgatar a liberdade criadora da vida em detrimento da inércia característica da contemporaneidade. Quando estas duas forças são ativadas, ocorre o que chamamos de *revolução molecular*. Revolução, por romper radicalmente com o comportamento esperado em nossa sociedade padronizada, molecular por ser uma revolução nos modos de viver empreendida por cada indivíduo, ocorrendo em todos os níveis:

intrapessoais (o que está em jogo no sonho, na criação etc.), pessoais (como as relações de autodomação, aquilo que os psicanalistas chamam de Superego) e interpessoais (como a invenção de novas formas de sociabilidade na vida doméstica,

amorosa e profissional, e nas relações com a vizinhança e a escola) (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 55).

A partir da noção de revolução molecular, Guattari & Rolnik (2011 p. 45) abrem nova perspectiva de análise sobre o conceito de luta, superando os limites que situam esse conceito somente como um embate político e econômico. Para eles,

a luta não mais se restringe ao plano da economia política, mas abrange também o da economia subjetiva. Os afrontamentos sociais não são mais apenas de ordem econômica. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 45).

Os autores reforçam que a luta atinge a Subjetividade capitalística, uma vez que esta se choca com diversos fatores de resistência que desencadeiam processos de reapropriação da Subjetividade e que se instalam em inúmeras zonas do planeta. Eles consideram que os movimentos sociais que emergem a partir dos anos 60, destacando-se o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista, não trazem mais como característica principal o embate (de ordem política e econômica) entre classes sociais antagônicas no campo da produção e reprodução dos bens materiais.

Uma série de revoluções moleculares se acumulam e acabam, por fim, a resultar em uma revolução na própria sociedade (GUATTARI, 2011). É importante destacar que para este autor “os microprocessos revolucionários podem não ser da natureza das relações sociais. Por exemplo, a relação de um indivíduo com a música ou com a pintura pode acarretar um processo de percepção e sensibilidade totalmente novo” (p. 56). É o que acontece em “As doze cores do vermelho” (CUNHA, 2009), quando a protagonista do romance inicia, através do contato com a pintura, um processo diferenciado de percepção do mundo que a rodeia, culminando, assim, na singularização de sua Subjetividade.

Deste modo, das forças de criação e resistência resultariam sujeitos singulares, em oposição aos indivíduos normalizados produzidos pelos processos de subjetivação capitalísticos. Vale ressaltar aqui que, em seus estudos, Guattari (2011) diferencia duas concepções de indivíduo: aquele padronizado, resultado de uma Subjetividade sujeitada, e aquele que age como construtor da própria Subjetividade.

Tendo em vista a função que a cultura passa a desempenhar nos processos de subjetivação capitalísticos, podemos concluir que a *cultura de massa* funcionará como o veículo de distribuição de uma forma-Subjetividade padrão. Com esta ferramenta, os detentores do conhecimento e, conseqüentemente, do poder, exercerão seu domínio sobre as

massas. Todavia, não são todos os indivíduos que se rendem passivamente a este domínio. Como mencionamos anteriormente, existem dois dispositivos através dos quais se pode recusar esta padronização, esta serialização das Subjetividades. São as forças de criação e de resistência, por meio das quais se resiste à dominação passiva e se busca criar novos modos de vida, inventar maneiras que tornem possível à Subjetividade assumir novas formas. Lembram ainda Guattari & Rolnik:

o traço comum entre os diferentes processos de singularização é um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Isso se sente por calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva de criatividade. Por uma vontade amar, por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades. É preciso abrir espaço para que isso aconteça (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 56).

O pensador francês Michel Foucault (2004) também elaborou considerações a respeito das relações entre o indivíduo e a sociedade, a construção das Subjetividades e a possibilidade de singularização em detrimento da padronização empreendida pela máquina capitalística. Para ele, as tecnologias de controle, de saber e de poder procuram docilizar o indivíduo, tornando-o sujeito aos modos de subjetivação vigentes. Não existe, segundo sua ótica, uma suposta verdade e naturalidade provenientes de uma essência constitutiva do sujeito. Pelo contrário, a Subjetividade é uma construção histórica – pois não podemos pensá-la separadamente do espaço e tempo em que se constitui. Para Foucault,

Não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através de práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (FOUCAULT, 2004, p. 291).

Cada época possui seus modos de subjetivação, juntamente com um conjunto de práticas que visam à *emancipação do eu*, ou seja, à singularização da Subjetividade. Foucault (2004) desconstrói, assim, a suposta naturalidade de um sujeito dotado de um interior e um exterior, contornos e linhas definidos, e uma verdade que se manifestaria a-historicamente, ou seja, a despeito dos contextos político, social e econômico em que o indivíduo se insere.

Foucault entende que o objetivo principal, hoje, não é descobrirmos o que somos, mas nos recusarmos a ser o que somos. Não se trata de encontrarmos nosso eu no mundo, mas de inventarmos nossa subjetividade: a luta pela liberdade se inicia na esfera subjetiva. A questão, assim, é criar novos laços comunitários, para além das

formas de vida empobrecidas e individualistas implantados pelas modernas técnicas e relações de poder. [...] a subjetividade está situada no campo de tensão aberto entre os limites que nos determinam e sua ultrapassagem possível, tensão inesgotável na qual a razão tem de decidir se fica ou não a serviço da liberdade. [...] onde há poder, há resistência e as resistências ao poder, muitas vezes, têm força irresistível (CASTELO BRANCO, 2011, p. 21).

O autor defende a autonomia e a possibilidade de emancipação do eu, enxergando nele inúmeras possibilidades de constituição de uma Subjetividade singular. Este é o desafio que se apresenta para o indivíduo na contemporaneidade: exercer sua autonomia através da resistência aos dispositivos de poder, dominação, exclusão. Nesta tarefa, entram em jogo as práticas que Foucault (2004) denominou como *práticas de si* e *cuidado de si*, que tem por objetivo fazer com que o indivíduo conduza sua vida de maneira ética, como se aquela fosse uma obra de arte. Daí este conjunto de ideias foucaultianas serem conhecidas como *ética e estética da existência*. O autor busca desvendar um sujeito mutante, não passivo enquanto uma suposta substância, mas historicamente situado, autônomo e construtor de sua própria existência.

É preciso, pois, resgatar a potência criadora da própria vida, que se vê ameaçada diante das tentativas de serialização em massa empreendidas a serviço da grande máquina capitalística. Como ressalta Machado (1999), a vida contemporânea é perpassada por um aparente caos e uma aceleração desenfreada, com suas paisagens que mudam de forma com velocidade assustadora. Este caos, ao contrário do sentido negativo que a palavra comumente evoca, se nos apresenta como uma fonte abundante de possibilidades para a emergência de novos processos criadores, processos estes que buscam resgatar nossa autonomia frente ao processo de massificação dos valores que nos ameaça por todos os lados.

Por outro lado, conforme nos dizem Guattari e Rolnik (2011, p. 62), a singularização da subjetividade é caracterizada por traços de precariedade e fragilidade, isso porque

eles estão sempre correndo o risco de serem recuperados, tanto por uma institucionalização, quanto por um devir-grupelho. Pode acontecer de um processo de singularização ter uma perspectiva ativa em nível de agenciamento e, simultaneamente, a esse mesmo nível, fechar-se num gueto (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 62).

O nosso próprio inconsciente, se assim optarmos por denominá-lo, é o ambiente do caos, e é a partir desta instância, com seu caráter produtivo e desejante, que podemos nos libertar da dominação em massa, fazer uso das forças de criação e resistência e empreender, assim, pequenas revoluções moleculares – que acabarão por se acumular e promover uma mudança em escala maior, na própria sociedade. Nas palavras de Deleuze (1992, p. 217):

“Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfícies ou volumes reduzidos”. Nessa mesma linha de raciocínio, Deleuze e Guattari convocam-nos para a construção de novos modos de existir: “Faça rizoma e nunca raiz, faça linha e nunca ponto! Vá, faça, se jogue, sinta o risco, experimente-o, e depois diga se funcionou” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 36). Partindo destas considerações teóricas, faremos, no capítulo seguinte, a análise de “As doze cores do vermelho”, com o intuito de mostrar nela a tentativa, muitas vezes eficaz, de padronização dos indivíduos, assim como as oscilações por parte da protagonista entre a aceitação de uma forma-Subjetividade padronizada ou a construção de uma Subjetividade singular. Evidenciaremos o constante jogo entre as forças de criação e resistência, que buscam autonomia, em detrimento da ordem vigente da sociedade, em que se encontra a personagem.

CAPÍTULO II

A SINGULARIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: PINTANDO A VIDA COM NOVAS CORES

2.1. A autora e a obra

Buscaremos, neste capítulo, fazer uma análise do romance “As doze cores do vermelho”, da autora baiana Helena Parente Cunha (2009), a partir das considerações teóricas elaboradas no capítulo anterior. Esta obra foi originalmente lançada em 1989, permanecendo, no entanto, atual no tocante aos temas que aborda, como: a submissão feminina em nossa sociedade ainda marcada pelo patriarcalismo e a (des)naturalização dos papéis socialmente estabelecidos para o homem e para a mulher. Para elucidar esta instituição de papéis para o feminino e o masculino, faremos uso dos estudos sobre as relações sociais de gênero, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho. Abordaremos, então, o esforço empreendido por aqueles que tentam libertar-se das amarras impostas pelo ordenamento social vigente. Desta forma, o romance põe em evidência os conflitos e oscilações enfrentados pela protagonista, quando procura criar para si novas formas de existência.

O romance narra a estória de uma personagem feminina, inominada, branca, casada e pertencente à classe média, que procura conciliar suas funções de esposa, mãe e dona de casa com seu trabalho e carreira de pintora. Tal empenho resulta, no entanto, em muitas tentativas frustradas, pois os dois polos em questão se mostram como aparentemente inconciliáveis. Se levarmos em consideração a época em que foi lançado o romance – o final dos anos 80 – podemos perceber que, neste dado momento, a função social preestabelecida para a mulher era, ainda, a de dona de casa submissa, à mercê das vontades do marido. Ao mesmo tempo, diversos estudiosos empreendiam esforços teóricos para elucidar as relações de gênero e trazer à tona a discriminação sofrida pela mulher, mostrando que ela não era natural, mas sim imposta, socialmente definida.

No caso da mulher que protagoniza o romance em questão, há uma falta de êxito na tentativa de conciliar os dois lados acima citados, pois, no contexto em que se dá o enredo da obra, os papéis de mulher artista e também dona-de-casa não poderiam coexistir. A mulher só poderia pintar “se o marido consentisse” (CUNHA, 2009, p. 60), o que não ocorre. Este fato faz com que a personagem tente permanecer num lugar *entre* tais campos, então opostos. Sua luta, no entanto, mostra-se infrutífera, o que acaba por levá-la, paulatinamente, a um estado de exaustão extrema, de esgotamento existencial, como se não houvesse mais forças para continuar uma batalha que já parece perdida. Ao longo do romance, tais estados serão refletidos através das figuras do sangramento e da doença, que aparecem como representantes do dilaceramento do eu em sua busca frustrada por autonomia e liberdade.

Um ponto interessante da obra a ser observado nesta análise é o fato de que, assim como acontece com a protagonista do romance, os demais personagens também não são nomeados: são reconhecidos por características físicas: cor dos olhos, da pele, do cabelo; graus de parentesco: o marido, a filha maior, a filha menor; profissões: pintor, arquiteto, professor, inspetora. Este fato caminha lado a lado com a abordagem teórica utilizada nesse trabalho, pois como Subjetividades, somos constituídos a partir de um jogo de forças proveniente de vários dispositivos, o que nos torna uma multiplicidade (GUATTARI & ROLNIK, 2011). Desta forma, não possuímos uma identidade definida. Por conseguinte, a partir desta abordagem teórica podemos interpretar o fato de os personagens do romance não serem nomeados.

Entendemos, a partir da noção de Subjetividade abordada por Guattari (2011), que um nome não é capaz de dar conta de toda a esfera existencial do indivíduo, não o define. Assim, cada personagem é reconhecido por uma dentre as várias características que o compõem, evidenciando esta relação da parte com o todo: uma característica é apenas uma entre as várias facetas que a multiplicidade apresenta, em contraposição ao nome, que, evocando a ideia de identidade, definiria o ser em sua totalidade. Em alguns momentos no transcorrer da obra, a protagonista nos é apresentada também como uma menina de cabelos castanhos.

Além disso, a obra que buscamos analisar constitui, em si mesma, um exemplo de ruptura com o já estabelecido, não seguindo as habituais regras de elaboração de um romance, em aspectos como o foco narrativo, o tempo da narração e a divisão dos capítulos, por exemplo. O romance de Helena Parente Cunha (2009) apresenta particularidades que acabam por caracterizar esta obra como uma construção singular. De acordo com a descrição contida no início do próprio romance,

Esta é uma estória de simultaneidades, em três tempos e três vozes, num tecido que se estende e se desdobra nas três colunas de cada capítulo. Uma pintora, a personagem principal, na primeira coluna se apresenta como o *eu* que se reporta ao passado. A segunda coluna se sustenta por uma voz dirigida à protagonista através de um *você* vivido no presente. O *ela* da terceira coluna se refere à personagem em suas vivências futuras (CUNHA, 2009, p. 13, grifos da autora).

A obra em questão é dividida em Módulos, sendo cada um destes constituído por três Ângulos, que representam, respectivamente, os tempos: passado, presente e futuro. Cada tempo apresenta uma voz característica: 1ª pessoa no passado, 2ª pessoa no presente e, por fim, 3ª pessoa no futuro. Assim como a protagonista do romance trava uma luta pela singularização da existência, a obra consiste, também, na elaboração de uma singularidade.

Ainda no plano estrutural, o caráter singular do romance se faz presente, também, através dos inúmeros jogos fonéticos e semânticos de que a autora se utiliza, caminhando em direção à singularização desta obra. A autora procura, através de uma subversão da ordem natural de organização do texto escrito, possibilitar o maior número possível de significados, com diversificadas interpretações. Podemos dizer que familiarizar-se com a expressividade contida no texto de Helena Parente Cunha é como tornar-se fluente em outra língua, tendo em vista os jogos fonéticos e semânticos que a autora realiza com a linguagem. Referindo-se à publicação de “As doze cores do vermelho”, a autora relata:

Tive problemas com o revisor da primeira edição que se pôs a corrigir os considerados erros gramaticais de regência, concordância, tempos verbais. Ele não admitia, por exemplo, uma frase como esta “O céu é vermelhos”. Não entendia que, assim, se abria um leque de possibilidades significativas muito mais vasto do que se eu respeitasse a concordância ou dissesse, o céu tem muitos tons de vermelho. Deu-me trabalho fazer a revisão da revisão, pois o homenzinho achou por bem corrigir todos os desvios que eu praticava propositadamente, com a intenção de, no mínimo de palavras, alcançar o máximo de perspectivas de significado (CUNHA, [1999] 2004, p. 20).

Percebemos, através da atitude do revisor da obra de corrigir todos os “erros” propositais cometidos pela autora, uma tentativa de enquadramento, de normatização do texto escrito, assim como acontece diariamente com nossas próprias Subjetividades. Qualquer comportamento que fuja ao padrão é rejeitado, colocando-se logo em prática mecanismos que venham a nos domesticar novamente, tornando-nos Subjetividades serializadas. A forma de lidar com a linguagem é mais um traço marcante, portanto, do processo de singularização empreendido pela autora na construção deste romance, que foge ao que podemos chamar de convencional.

2.2. Oscilações: o lado de cá ou o lado de lá?

Vimos no início deste capítulo que há, durante todo o romance, uma clara divisão entre o “lado de cá” – espaço do ordenamento, do convencional e do já estabelecido – e o “lado de lá” – que é o lugar da ruptura, de manifestação das forças de criação e resistência, de elaboração de novas formas de existir. Inicialmente localizada “no lado de cá”, a protagonista inicia um percurso que tem como objetivo realizar sua travessia, não sem muitos obstáculos, até “o lado de lá”. Acompanharemos a personagem em sua jornada na busca pela singularização da existência, observando seu êxito ou a falta dele neste processo.

Desde a infância, a protagonista do romance vai desenvolvendo um processo de desnaturalização e questionamento dos valores socialmente constituídos e impostos a todos os indivíduos por meio da vida em sociedade. Ela e suas amigas foram educadas segundo um modelo tradicional, em que aprendiam a ser boas esposas, mães, donas de casa. Havia também a clássica divisão de gênero: enquanto as meninas aprendiam “coisas de menina”, não deviam se misturar aos meninos, que ocupavam um lugar separado, literalmente, no espaço: “Nós brincávamos de casinha comidinha de mãezinha das bonecas. Os meninos brincavam de soldado espingarda revólver de espoleta. As meninas do lado de cá e os meninos do lado de lá. Entre lá e cá o meio cheio de medo” (CUNHA, 2009, p. 14). Dada esta diferenciação, é feita a divisão entre o “lado de cá” e o “lado de lá”, que perdura por todo o romance. O lado de cá representa não só o lugar destinado às meninas, mas também a fronteira que não deve ser ultrapassada.

Enquanto isso, o lado de lá é caracterizado como um ambiente impróprio para as futuras moças de família, e também o lugar da ruptura, do não-cumprimento das regras. Entre os dois lados há “o meio cheio de medo”, o lugar da travessia, de focos de singularização – mas também de medo, pois é um caminho tortuoso o que aguarda aqueles que desejam soltar as amarras da serialização imposta, expondo-se ao risco de serem diferentes.

Partindo desta diferenciação, anteriormente citada, entre as brincadeiras destinadas aos meninos e às meninas, bem com a própria separação do espaço físico destinado a ambos, é válido levantarmos aqui algumas considerações sobre o estudo das relações de gênero (SCOTT, 1990; BRUSCHINI, 1992), relações de sexo e a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1996). Tal discussão é relevante na medida em que podemos observar, no próprio romance, que a divisão de tarefas por sexo, assim como o estabelecimento dos papéis definidos socialmente para o menino/homem e para a menina/mulher iniciam-se ainda na infância. Desde a mais tenra idade, meninos e meninas são educados para internalizar e assumir, passivamente, os papéis que lhe são atribuídos.

Contextualizando historicamente os estudos de que vamos nos servir nesta etapa da análise, constatamos que, após um longo período de exclusão social e de falta de visibilidade quanto às questões concernentes à mulher, a partir dos anos 70, foram desenvolvidos estudos que reconheciam a mulher como agente social e histórico, passando a vê-la como objeto de estudo (SCOTT, 1990).

Neste período, os termos “gênero” e “sexo” eram usados sem distinção de significado. Ainda segundo a mesma autora, a partir da década de 80, passa a haver uma diferenciação entre sexo e gênero: enquanto o primeiro termo designava exclusivamente os traços

biológicos que distinguem “feminino” de “masculino”, o segundo passa a ser utilizado no âmbito das relações sociais entre homens e mulheres. Em outras palavras, gênero torna-se, então, uma construção social a respeito do sexo, de forma a organizar, socialmente, as diferenças sexuais.

Complementando esta visão, Bruschini (1994) ressalta que o que define o gênero é, então, a organização da diferença sexual, tendo em vista que a categoria “gênero” não se prende a um determinismo biológico para explicar as diferenças entre os sexos, mas sim às questões sociais que determinam as relações entre homens e mulheres. Deste modo, o estudo realizado na década de 70 sobre a condição feminina dá lugar, na década seguinte, ao estudo das relações sociais de gênero.

Diferentemente dos estudos realizados acerca das relações de gênero, existe também o conceito de relações sociais de sexo, abordadas por Kergoat (1996). A autora justifica o uso desta terminologia por entender que com ela haveria maior precisão e eficácia do que quando se fala em relações de gênero, e também porque sua abordagem tomaria como objetos de estudo sujeitos femininos e masculinos, enquanto as relações sociais de gênero, segundo a autora, teriam tendência a privilegiar estudos sobre a mulher. O estudo das relações sociais de sexo tem como ponto central de investigação a divisão sexual do trabalho.

Feitas as devidas diferenciações, todavia, concluímos que tanto o estudo acerca das relações de gênero quanto o das relações sociais de sexo nos levarão à questão crucial da diferenciação de tarefas e papéis socialmente definidos para homens e para mulheres. Tal problemática se faz presente no romance de Helena Parente Cunha (2009), e desde o início da obra – ainda no Módulo 1 – notamos quais comportamentos são tidos como ideais ou, ao contrário, indesejáveis para o masculino e o feminino, sendo a força coercitiva aparentemente maior quando é o papel da mulher a ser questionado. No fragmento a seguir, constatamos como é feita desde a infância uma rígida separação entre as tarefas e até mesmo os espaços ocupados por meninos e meninas, tendo como finalidade educar, formar e preparar aquelas crianças, definindo, assim, o futuro do homem e da mulher:

Quando eu fiz dez anos me preparava para o exame de admissão. Eu queria ir para o colégio estadual. Mas a escola das meninas. Vozes repisando menina com menina e menino com menino. Disciplina. Educação formação preparação. O futuro da mulher (CUNHA, 2009, p. 56).

São as forças de criação e resistência (GUATTARI & ROLNIK, 2011), anteriormente citadas, que permitirão à protagonista, em vários momentos de sua infância e vida adulta,

rejeitar as amarras do lado de cá, enxergando horizontes de novas possibilidades do lado de lá, conhecendo novas formas de viver. Tais forças consistem em *resistir* à aceitação passiva das formas-Subjetividade produzidas no seio das políticas de subjetivação capitalísticas, bem como *criar* novos territórios existenciais, novas formas de viver. Desta forma, são elementos essenciais nos processos de singularização da Subjetividade, uma vez que permitem ao indivíduo recusar modos de vida pré-estabelecidos, possibilitando, assim, formas singulares de existência, como aponta GUATTARI (2011).

No início do romance, quando a personagem fala sobre sua infância, a barreira entre os dois lados é representada por um muro, que os separa. Com o desenrolar da estória, este muro continua a existir, porém, de forma metafórica. Ultrapassar a fronteira e chegar ao lado de lá significa, portanto, uma forma de resistência às normas vigentes e criação de novas experiências, novas possibilidades de existência. Entre estes lados existe, todavia, o medo de realizar a ruptura, de atravessar a fronteira. Um dia, a protagonista, ainda menina, se afasta das companheiras e pula o muro, chegando ao lado de lá:

Um dia eu cortei as tranças de minha boneca morena. Um dia eu saí da roda e não quis mais cantar. Um dia eu subi até o alto do muro. No alto do muro eu olhei o lado de lá [...] Eu pulei para o lado de lá. Eu tinha medo mas não tinha [...] Vozes me chamavam do outro lado. Uma voz estreita furou o ar da manhã. Eu tive muito medo. Por que eu não podia passar para o lado de lá? (CUNHA, 2009, p. 14).

As vozes que chamam, do outro lado, e proíbem de passar para o lado de lá, representam as vozes de poder, que buscam exercer o controle sobre o indivíduo (FOUCAULT, 1995 *apud* PARPINELLI, 2005). Ao invés de simplesmente obedecer, a protagonista começa a se questionar sobre qual é a função das proibições que a cercam, pois não as compreende. Este questionamento acerca dos papéis já estabelecidos para a menina e a mulher faz com que a protagonista do romance inicie, desde a infância, um processo de desnaturalização da ordem social vigente e de seus valores preestabelecidos, bem como das punições destinadas a quem ousa desrespeitar tal ordem.

Este processo acompanha a personagem até sua vida adulta. Contudo, frequentemente esbarra no poder das vozes coercitivas do lado de cá, que apontam, repreendem, culpam a menina/mulher por desafiar a normatização imposta e infringir as regras. As “vozes do lado de cá”, que reconhecemos como vozes de poder, constituem uma forte influência na vida da personagem, sempre apontando seus “erros” e punindo-a com o peso de seus julgamentos.

Diante do exposto, podemos levantar a hipótese de que o peso das vozes é um dos fatores responsáveis pela não conclusão da travessia, por parte da protagonista, até o lado de

lá, o que a faz permanecer num espaço “entre” os dois lados, sempre presa ao lado de cá. De acordo com Foucault (1995 *apud* PARPINELLI, 2005), onde há poder, há resistência, mas também há medo. Desta forma, nossa personagem mostra resistência ao poder que lhe é imposto, quando questiona determinados modos de viver e age de forma diferente da que seria esperada. No entanto, estes momentos de resistência também são acompanhados pelo sentimento de medo – e muitas vezes, também, de culpa – por estar desrespeitando a ordem estabelecida, pelo receio de ser punida. Como resultado deste conflito, a personagem transita entre os dois lados, habitando ora o lado de cá, ora o lado de lá, mas nunca se fixando em nenhum dos lados. Observemos o exemplo a seguir:

Você habitualmente chega do trabalho antes do seu marido. Hoje ele volta do trabalho e não encontra você. Onde você está? [...] Você entra no apartamento. Seu marido dobra as cuecas e conta as meias. Você se aproxima para dar um beijo mas ele tira o rosto e baixa a cabeça. Seu marido está muito ocupado fazendo a relação dos clientes a visitar amanhã. A pasta preta aberta em cima da mesa. Você olha seu cavalete fechado num canto da sala. Você tem vontade de pegar sua bolsa e sair novamente. Você hesita e não se move. Presa no chão e no contorno. [...] Você pega a sua bolsa e vai até a porta. Mas você não sai. Por que você tem medo? (CUNHA, 2009, p. 27).

Este fragmento demonstra resistência no momento em que a protagonista, diferentemente do que costuma fazer, chega em casa mais tarde que o marido. Ao voltar para casa, porém, é punida pela rejeição daquele, a quem tal comportamento desagrade. A figura do marido, aqui, representa poder, ordenação, enquadramento. Numa sociedade essencialmente patriarcal, este é mais um representante das vozes de poder e coerção. Cabe a ele, também, identificar e julgar as atitudes da mulher que não devem ser aceitas e, portanto, merecem punição. No exemplo citado, a protagonista anseia por manter sua atitude de resistência, representada pelo ato de sair de casa novamente. Contudo, hesita, dominada pelo medo da punição diante das consequências que podem advir deste comportamento não aceito. A personagem fica, mais uma vez, imobilizada entre o lado de cá e o lado de lá.

A luta pela construção de uma Subjetividade singular em detrimento dos padrões exigidos pela sociedade inicia-se nos ambientes doméstico e escolar, durante a infância da personagem, e transcorre pela adolescência e vida adulta, quando a mulher tenta conciliar os afazeres domésticos e seu desejo de dedicar-se à pintura. A família representa a base da educação da protagonista, quando é preparada, juntamente com outras meninas, para ser uma esposa submissa, dedicada às tarefas do lar. Além disso, as meninas deveriam apresentar disciplina para tornarem-se mulheres de respeito, como observamos no fragmento a seguir: “Muitas vozes eram vozes e vezes na vigência dos nossos ouvidos. Vozes dizendo. Cuidado.

Juízo. Bom comportamento. Nada de saliência. Rapaz direito só se casa com moça de recato. Muito pequena para saber. Só pode saber quando se casar” (CUNHA, 2009, p. 36).

Na escola, o molde do ordenamento é repetido, tendo como característica uma rigidez que busca instaurar a total obediência da mulher às regras. Assim, a menina e suas amigas são iniciadas no processo de subjetivação que tem como objetivo anular a criatividade, a autonomia e o desejo de vivenciar novas experiências por parte das jovens. Este processo, se bem sucedido, fará com que se tornem Subjetividades serializadas (GUATTARI & ROLNIK, 2011), vivendo de acordo com o ordenamento social vigente.

2.3. O peso das vozes: amarras e prisões

Sem nunca se libertar completamente da força coercitiva que provém do lado de cá, a protagonista, juntamente com suas amigas, vai explorando novos caminhos que, de acordo com a ordem, não deveriam ser trilhados, experimentando sensações que fazem parte do proibido. Apesar de seu vínculo com o lado de cá, a menina/mulher vai paulatinamente se distanciando do modelo em que foi criada. Este fato ocorre na juventude por meio de questionamentos e transgressões, resultando, no futuro, em um grave conflito – quando não saberá como lidar com a filha maior, presa entre ensinar aquilo que aprendeu como supostamente certo ou dizer aquilo em que acredita, correndo o risco de assentir a transgressão das regras por parte da filha.

Ao longo de sua vida adulta, a protagonista vai se deparando com situações que vão contra a sua realização pessoal e profissional, sendo, no entanto, forçada a lidar com elas, mesmo que isso acabe causando um grande desconforto e insatisfação. Por exemplo, esta anseia por poder dedicar-se livremente à pintura. Contudo, sua posição de dona de casa – que deve cuidar do lar e ajudar ao marido – a impede de realizar plenamente sua vontade, obrigando-a a exercer trabalhos que representam exatamente o contrário daquilo que ela gostaria de fazer.

Esta mulher não gosta de contornos bem definidos e formas conformes, preferindo a liberdade do traço solto e o leque de possibilidades que se abre através de suas formas informes. Todavia, em seu trabalho de desenhista, ela deve reproduzir perfeitamente os desenhos, com a exatidão das linhas retas e das medidas exatas, bem calculadas pela régua e o esquadro (CUNHA, 2009). Outro trabalho que aprisiona a liberdade criadora da personagem e a força a render-se a um enquadramento bem definido é o de redigir cartas comerciais, todas iguais, obrigatoriamente impecáveis (CUNHA, 2009). Esta espécie de prisão invisível atordoa

a protagonista, uma vez que a faz renunciar ao seu mundo de espontaneidade, admiração e criação para render-se ao ordenamento forçado, do qual seu marido é partidário.

Você não gosta do seu trabalho de desenhista. Régua compasso esquadro o traço de nanquim medida e trava. Travo. Você quer o traço aberto. Formas informes. Fronteiras rasgadas e horizontes adiados. O que é pior? Escrever uma carta comercial ou traçar a planta de um edifício? Reduplicação copiavelmente reproduzir (CUNHA, 2009, p. 49).

Outra personagem representante da ordem e do controle exercido pelo lado de cá é a amiga louca, que demonstra tal comportamento desde os tempos de escola, quando ainda era criança. Contrapondo-se à amiga louca, podemos citar a amiga dos olhos verdes, que também desde cedo apresenta um comportamento diferenciado, aproximando-se de uma singularização da Subjetividade. Enquanto a amiga louca se situa plenamente no lado de cá, a menina dos olhos verdes sempre procurou andar para além das fronteiras estabelecidas, encorajando, inclusive, as outras amigas a experimentar sensações novas. Temos, então, um exemplo da construção que, no enredo em que se desenrola o romance, apresenta-se como uma Subjetividade serializada, através da figura da amiga louca. Por outro lado, há também a construção de uma Subjetividade predominantemente singular, representada pela amiga dos olhos verdes.

A menina louca era a melhor aluna da classe. Classificável classificada. Medalha de ouro e se sentava na frente e prestava atenção a todas as aulas nota dez em comportamento atenção contenção educação ão e ão o exemplo da escola e sorria humilde aureolada em sua altura e distância (CUNHA, 2009, p. 32).

Nós tínhamos dez anos. Minha amiga dos olhos verdes dizia que era bom. Não tinha nada de coisa feia e nós podíamos fazer. Os olhos dela eram dois minerais incendiados. Duas folhas de hortelã molhadas. Ela dizia mas nós sabíamos a gente põe o dedo assim. Pra lá e pra cá. Passando pulsando. Ondulações de côncavas águas. Convexos peixes. Fechando os olhos. Respirando profundezas. Latejando breves curvas. As cores de nossos olhos subiam em rápido fechando. As luzes de nossos olhos desciam em ávido abrindo. Nossas mãos doze flores vermelhas. Nossas pernas cintilavam no quarto fechado. Nossas vozes, recolhidas em pequenos ninhos. Quatro meninas de dez anos em busca do fundo do corpo (CUNHA, 2009, p. 54).

Já a amiga dos cabelos cor de fogo e a amiga negra mostram a situação de pessoas que foram marginalizadas, por não se adequarem aos padrões dominantes, prestigiados socialmente. Podemos perceber, com o desenrolar do romance, que a menina negra vinha de uma família pobre, pois ela não pagava a escola. A diretora havia permitido que ela assistisse às aulas de graça. No entanto, há uma diferenciação muito clara entre a menina negra e as outras crianças, pois ela ocupa sempre posições desprivilegiadas, como: estar sempre no

último lugar da fila, sair por último para o recreio; além de executar tarefas como apagar os quadros entre as aulas e apanhar os papéis do chão. A menina também é descrita como quieta, tímida, olhando sempre por trás dos óculos (CUNHA, 2009).

O preconceito advém, como sabemos, não apenas devido a uma origem humilde, mas especialmente por causa da cor negra, que em nossa sociedade é marcada por um longo histórico de exclusão e discriminação. Mesmo após se tornar uma mulher e adquirir reconhecido sucesso profissional, a personagem negra continuará a ser vítima de preconceitos: “O marido sem acreditar que sua amiga negra é a melhor gastroenterologista de sua geração” (CUNHA, 2009, p. 21).

A menina dos cabelos cor de fogo sofria uma discriminação ainda mais forte que a menina negra, por ser filha de uma prostituta. As mães das outras crianças não queriam que as suas filhas se misturassem com esta menina. Ciente de sua “condição”, ela andava sempre de cabeça baixa e evitava a presença das outras meninas, como se realmente fosse inferior a elas. A certa altura, a menina foi expulsa da escola. Era alvo de piadas dos garotos na rua, tendo apenas o apoio de suas poucas amigas. Sem amparo e sem a orientação adequada, a menina acaba por seguir o mesmo caminho que a mãe. A protagonista do romance, no entanto, nunca abandonará sua amiga dos cabelos cor de fogo. Assim como acontecia com a amiga negra, o marido continuará a discriminar a mulher dos cabelos cor de fogo.

A mulher dos cabelos cor de fogo irá à sua casa e sentará à sua mesa e juntas beberão quatro copos de vinho tinto. O marido dela de nada saberá e se souber se trancará no quarto e depois passará onze dias calado [...] Ela pintará o retrato da amiga dos cabelos cor de fogo. Uma mulher sombra no rosto menos e doze estrelas no cabelo mais e quatro cigarras cegas na mão demais (CUNHA, 2009, p. 39).

Como já citamos anteriormente, o marido da protagonista é um dos fortes representantes da ordenação e do enquadramento, uma das vozes do lado de cá. Quando criança, era descrito como o menino da pasta preta, brilhantina no cabelo, e dizia que quando crescesse iria usar dois relógios no pulso, para não correr o risco de perder a hora. Este foi o primeiro namorado da menina de cabelos castanhos, que protagoniza esta estória. No entanto, fica clara desde cedo a diferença entre as Subjetividades do menino e da menina, pois enquanto esta se afastava das formas fixas e contornos bem definidos, aquele se prendia às regras e à excessiva organização. Este foi um dos motivos de desentendimento entre os dois, que chegam a se separar.

Meu namorado dizia que meus desenhos eram feios porque não tinham forma de nada. Que eu não devia colorir o céu de vermelho e não devia colorir as árvores de azul e não devia desenhar os rostos sem boca. Um dia eu mostrei um desenho e ele perguntou o quê. Quê era uma cigarra cantando à meia-noite. Ele começou a rir porque eu era maluca e teria que jogar aquela porcaria no lixo (CUNHA, 2009, p. 48).

Entra em cena, então, um personagem interessante, que fará par com a menina de cabelos castanhos. Certo dia, muda-se para a rua dela um menino dos cabelos cor de mel, que pertencia a uma família de marechais e estudava no colégio militar. A despeito disso, queria ser pintor. Ambos se conhecem e passam a partilhar, de certa forma, “o mesmo mundo”, pois com a sensibilidade de uma Subjetividade que não se rende à completa serialização, ele consegue entender e compartilhar elementos do universo da menina que eram estranhos ao menino da pasta preta:

Eu fui dançar com o menino dos cabelos cor de mel. Mel de flores de laranjeiras. Quatro sóis à meia-noite. Bolero e bolero. Enxames de asas douradas pousavam nos meus ombros e na minha cintura. O menino dos cabelos cor de mel quatro sorrisos vermelhos. Eu tinha o cabelo lilás e uma estrela acesa na boca. Ele sabia a cor da chuva. Ele sabia as doze cores do vermelho. Doze flores de laranjeiras permaneciam no meu cabelo lilás. Quatro constelações se respondiam na noite matinal (CUNHA, 2009, p. 58).

Ela queria saber qual era a cor da chuva, ele queria descobrir a cor do vento. Ele desenhava o rosto dela com os traços escapando das formas e pintava seu cabelo de lilás. Ela continuava querendo saber onde começava o arco-íris, onde acabava. Os dois prosseguiam juntos compartilhando este mundo de encantamentos, planejando fazer o vestibular para a Escola de Belas Artes, até que seus planos foram bruscamente interrompidos.

Abordaremos, agora, uma das possíveis consequências que podem ocorrer quando uma Subjetividade, em sua luta pela singularização, é sufocada pelos dispositivos de poder que a cercam, pelas vozes coercitivas, pelo peso do julgamento da sociedade. Estes fatores podem resultar em reações diversas, como a somatização que se manifesta através das enfermidades do corpo, as enfermidades da mente e, no caso mais extremo, o suicídio.

De repente, o rapaz dos cabelos cor de mel se suicida. Como causa desta atitude podemos atribuir os desejos daquele – de entrar para a Escola de Belas Artes, ser pintor – em contraposição às exigências impostas por sua família de marechais e generais, que fazia com que estudasse num colégio militar, mesmo não querendo, ele, ser um militar, como os outros homens da família. Podemos imaginar, então, que este rapaz teria sido sufocado por sua família tradicional, impedido de seguir o caminho que pretendia. Não suportando a imensa

pressão sobre ele exercida e o sofrimento que daí advém, tomou a decisão extrema de pôr um fim à própria vida. Este fato assemelha-se ao final trágico que aguarda a nossa protagonista, salvo as peculiaridades de cada caso.

Após esta perda, a menina fica em choque, inerte por vários dias, até que vai retomando sua vida normal. O antigo namorado da pasta preta se reaproxima e ela o aceita de volta, pois queria construir sua própria família: “Eu queria me casar. Eu queria minha casa a família eu queria ter meus filhos” (CUNHA, 2009, p. 104). A partir daí, instala-se definitivamente o conflito que a acompanhará por toda a sua vida.

2.4. Singularização através da arte

Partindo do exposto até aqui, observamos que a personagem é impedida de viver plenamente a sua singularidade em sua vida cotidiana – nos ambientes escolar, familiar e, mais tarde, em sua própria casa e em seu trabalho de desenhista num escritório de arquitetura ou de redatora de cartas comerciais. Partindo deste contexto, a protagonista encontra na arte, desde a infância, uma via de libertação das prisões da vida diária, um espaço para a manifestação de sua singularidade em toda a sua plenitude.

Se, por um lado a arte se nos apresenta como uma via que torna possíveis os processos de singularização das Subjetividades, por outro lado, no entanto, é apropriada pelo Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 2011) como uma esfera que passará a servir como ferramenta do sistema político, social e econômico para reproduzir, em escalas cada vez maiores, valores tidos como universais, acentuando, assim, as desigualdades sociais. Este processo de apropriação da esfera artística como máquina a serviço do sistema capitalista é nomeado por Suely Rolnik (2011) como a *cafetinagem* da arte. Com esta manobra, a arte deixa de possibilitar a emancipação das Subjetividades, passando a contribuir para a docilização das massas.

O capitalismo [...] apropriou-se da potência de criação que então se emancipava na vida social, para colocá-la, de fato, no poder. Entretanto, sabemos que se trata aí de uma operação perversa, cujo objetivo é o de fazer desta potência o principal combustível de sua insaciável hipermáquina de produção e acumulação de capital. É esta força, assim *cafetinada*, que com uma velocidade exponencial vem transformando o planeta num gigantesco mercado e, seus habitantes, em zumbis hiperativos incluídos ou trapos humanos excluídos: dois polos entre os quais se perfilam os destinos que lhes são acenados. Tal é o mundo que a imaginação cria em nossa contemporaneidade (ROLNIK, 2011, p. 18, grifos da autora).

Para entender melhor este processo, julgamos válido elaborar um breve percurso histórico, levantando considerações desde o período em que a arte ainda não era uma esfera autônoma de produção, de acordo com Guattari (1992), passando, posteriormente, à sua institucionalização. Ressaltaremos, também, a proposta de Foucault de ética e estética da existência (2004), chegando, então, aos dias atuais, com a cafetinagem da produção artística a serviço do Capitalismo (ROLNIK, 2011). Observaremos, então, dentre os aspectos citados, quais se fazem presentes na obra analisada, apontando os elementos que Helena Parente Cunha (2009) introduz em seu romance como focos de singularização na estória da protagonista.

Segundo Guattari (1992), nas sociedades arcaicas, a arte não constituía uma esfera de atividades separada dos outros campos da vida social. Nas palavras do autor, “a dança, a música, a elaboração de formas plásticas e de signos no corpo, nos objetos, no chão, estavam intimamente mescladas às atividades rituais e às representações religiosas” (GUATTARI, 1992, p. 127). Assim sendo, as esferas da vida social estavam interligadas de tal forma que não chegava a haver uma separação clara entre o individual e o social. Desta maneira, o indivíduo encontrava-se:

[...] envolto por várias identidades transversais coletivas ou, se preferirem, no cruzamento de inúmeros vetores de subjetivação parcial. Nestas condições, o psiquismo de um indivíduo não estava organizado em faculdades interiorizadas, mas dirigido para uma gama de registros expressivos e práticos, diretamente conectados à vida social e ao mundo externo (GUATTARI, 1992, p. 127).

Assim como não havia uma separação entre a estética e os demais campos da vida social, um processo semelhante ocorria com o indivíduo, pois sua Subjetividade estava completamente perpassada por agenciamentos coletivos, intimamente ligados à vida social. Com o desenvolvimento dessas sociedades e o seu conseqüente ingresso na modernidade, passou a ocorrer uma separação de cada uma destas áreas do saber, ao mesmo tempo em que emergia uma individuação da Subjetividade. Há, então, a perda de uma anterior plurivocalidade constituinte das Subjetividades, na medida em que a ciência e a técnica se tornavam cada vez mais específicas (GUATTARI, 1992).

Como mencionamos no capítulo anterior, na modernidade, acompanhamos a emergência do capitalismo, que Guattari (2011) denomina como Capitalismo Mundial Integrado, ou CMI – que entende seu domínio a quase todos os lugares do globo, até os dias atuais. Nesse contexto, as Subjetividades, que já se encontram profundamente individuadas são bombardeadas a todo o momento pelos modos de vida que lhes são apresentados pelo

CMI. Entram em cena, então, as políticas de subjetivação (ROLNIK, 2006), que são as artimanhas de que se utiliza o sistema político-econômico para ganhar o domínio das Subjetividades e, assim, estender cada vez mais o alcance do seu poder. Diante disso, as Subjetividades têm de empreender lutas diárias pela sua autonomia e singularização, evitando cair, desta forma, no vazio da serialização das formas preestabelecidas pelo CMI.

A apropriação da arte pelo CMI é uma destas maneiras de seduzir as Subjetividades: uma tentativa de anular as forças de criação e resistência que lutam por autonomia, através de valores propagados em escala mundial por meio da cultura de massa. Assim, percebemos a cafetinagem da obra de arte (ROLNIK, 2011), no momento em que ela deixa de ser uma via de libertação das Subjetividades, passando, ao contrário, a anestesiá-la sua sensibilidade e aprisionar sua liberdade criadora. Em meio a esta batalha diária pela singularização das Subjetividades, emerge o questionamento de Michel Foucault (1994):

O que me surpreende, em nossa sociedade, é que a arte se relacione apenas com objetos e não com indivíduos ou a vida; e que também seja um domínio especializado, um domínio de peritos, que são os artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma lâmpada ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não? (FOUCAULT, 1994, p. 617 *apud* LIMA, 2010).

Tal questionamento condensa, em si, dois polos de extrema importância para nossa discussão: qual a função da arte para a vida humana, e como cada indivíduo deve conduzir sua existência? Estas questões nos guiarão para um conceito essencial na obra deste pensador: o de “ética e estética da existência” (FOUCAULT, 2004). Segundo o filósofo, cada indivíduo deveria apresentar um comportamento ético para consigo mesmo e para com o outro, e deveria, também, através do cuidado de si e o cuidado do outro, conduzir a própria vida como uma obra de arte.

Esta iniciativa de conduzir a existência como uma obra de arte esbarra, contudo, nas vozes coercitivas que buscam manter a padronização dos valores, através dos dispositivos de poder (FOUCAULT, 2004) que procuram barrar a singularização da existência. Muitos indivíduos resistem, não sem grandes esforços, a esta perda de significado da vida, buscando criar para si novas maneiras de existir. É neste contexto que, em oposição à obra de arte cafetinada pelo capitalismo, muitos indivíduos buscarão na arte uma forma autêntica de expressão de seus valores, usando-a como uma via de singularização da existência. É neste ponto que encontramos a protagonista de “As doze cores do vermelho” (CUNHA, 2009), buscando, através da arte, sua afirmação como artista e como mulher.

Rejeitando, pois, os moldes que lhe foram predestinados, a personagem encontra na arte um espaço livre para a criação e expressão dos desejos, medos e anseios que perpassam sua Subjetividade. A arte é, então, o lugar da singularização que não pode ser vivida plenamente no exterior, na “vida real”. A relação da protagonista com a criação artística e sua maneira singular de perceber o mundo que a rodeia se fazem presentes de forma muito intensa, desde a infância da menina. Ela possuía uma maneira própria de se relacionar com as cores, com as palavras, com os números.

De que cor é a cor da chuva? A menina loura desenhava a chuva parada. Eu queria o movimento da chuva e a informe forma e a cor além da cor e dissimetrias e assonâncias de barulho fofo. A menina loura desenhava o céu azul. De que cor é o céu vermelhos? A menina loura não gostava de meu desenho solto de desenroladas linhas (CUNHA, 2009, p. 32).

Formas informes que se formavam e disformavam. A palavra pente não tinha a forma de pente. Lisa e amarela mais um pequeno nó. A palavra noite se arredondava e soltava um jato de gotas leitosas. A coisa não era a coisa. Transcendia e era dentro. A palavra chuva não era a chuva de fitas profundas e renovados lisos redondos. A palavra chuva se aprofundava num túnel escuro que se abria depois mas eu não via como. De que cor era o túnel depois de? (CUNHA, 2009, p. 40).

Por meio da inversão do aspecto usual dos elementos da natureza, como: o céu vermelho, e não azul; cigarras cantando à noite, e não durante o dia; quatro sóis aparecendo à meia-noite; e as doze badaladas da meia-noite ressoando ao meio-dia; a menina entra em contato com um universo de uma aguçada sensibilidade, através do qual vai construindo sua Subjetividade com vários focos de singularização. Somando-se a isso um espírito crítico e inquieto, que não aceita passivamente os fatos como lhe são apresentados, a menina/mulher/artista leva para suas futuras telas toda a sua produção desejante, que fica, muitas vezes, escondida pela aparência de mulher casada, rainha do lar, dedicada a cumprir bem os papéis que a ela foram destinados desde menina.

Este conflito constante entre o interior e o exterior, o padrão e o singular, o lado de cá e o de lá, acaba por causar à personagem enormes desgastes, inseguranças, tristezas, frustrações. Neste contexto, aparecerá a doença, que se tornará tanto mais intensa, quanto mais intensas forem suas lutas diárias na busca de realização pessoal e profissional: “Ela terá muitas dores ardores contrações úlcera gástrica. A amiga médica lhe dará e dirá. Quatro medicamentos doze palavras na claridade da voz” (CUNHA, 2009, p. 43). Cabe, aqui, nos questionarmos: que relação teria a doença em si com a batalha existencial travada pela personagem?

Para responder a esta questão, julgamos válido abrir, neste momento, um diálogo com a Psicanálise, que, apesar de não ser o nosso principal suporte teórico, dialoga com as teorias que abordamos, podendo nos fornecer valiosas contribuições neste ponto da análise. Sabemos que, de acordo com esta área do conhecimento, o mal estar físico pode ser pensado como uma forma encontrada pelo inconsciente para aliviar o desconforto emocional. Por isso, muitos conflitos emocionais que não são resolvidos ou que exigem demais do indivíduo acabam encontrando no corpo uma via de liberação da energia contida. Este é o conceito de *somatização*, elaborado por Sigmund Freud (1930), que consiste em canalizar para uma determinada parte do corpo a energia contida que o indivíduo não é capaz de liberar de maneira adequada. A partir daí, surgem vários sintomas, que podem resultar em doença.

Isto é o que ocorre com a protagonista de “As doze cores do vermelho” (2009), quando, paulatinamente, tem início o dilaceramento do eu, causado pela tentativa frustrada de viver plenamente a singularização de sua Subjetividade. A doença provoca no corpo o sangramento e a úlcera, representantes da exaustão diante de uma luta infrutífera para libertar-se das amarras do lado de cá. Apesar de sua doença e das recomendações da amiga médica, a protagonista continua a consumir álcool e fumar cada vez mais cigarros, atitudes que podem ser interpretadas como um suicídio lento por parte da personagem: diante dos conflitos vivenciados, vai acabando lentamente com seu sofrimento e sua vida. O desequilíbrio emocional acabará por provocar um acidente de carro, no qual a pintora perderá de vez a consciência.

A morte iminente ao fim do romance nos leva a indagar: A morte da personagem representaria uma vitória da Subjetividade dominante? Seria uma confirmação de que, não importa o quanto lutemos, se nos rebelarmos contra a ordem, acabaremos tendo um final trágico, como a personagem em questão? Ou será que a protagonista caminhou intencionalmente para este final, ainda que de forma indireta, como se tivesse que matar o eu marcado pelo “lado de cá” que trazia dentro de si? Caso aceitemos esta última possibilidade como resposta, ela indicaria que, mesmo com a necessária morte, apenas desta forma a singularidade poderia, enfim, triunfar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, empreendemos uma análise acerca da produção de Subjetividade na vida contemporânea, realizando, para isso, exposições teóricas sobre este tema, bem como buscando evidenciar a maneira como tais processos se desenvolvem a partir das vivências da protagonista da obra “As doze cores do vermelho”, romance de Helena Parente Cunha (2009). Observamos como a produção da Subjetividade pode se libertar dos moldes estabelecidos pelo modelo de Subjetividade serializada dominante e tornar-se singularizada por meio da arte – autêntica expressão e manifestação dos sentimentos humanos. Vimos também que, por outro lado, o sistema capitalista se apropria da esfera artística e passa a usá-la não como via de libertação, mas como prisão das vivências humanas, através do consumo de mercadorias fabricadas pela cultura de massa.

A partir das considerações levantadas neste trabalho, podemos observar que tudo aquilo que tomamos como natural, nada mais é do que “expressões-em-nós da história de nossa época”, como aponta MACHADO (1999, p. 04). Dessa forma, o mundo ao nosso redor, bem como nossas próprias formas de pensar e de sentir não constituem uma essência, mas sim uma construção social que acabamos internalizando como nossa. Isto posto, colocamos em questão a possibilidade de negar as formas padronizadas de vida que nos são impostas e criar nossa própria forma de existir, a partir do que Guattari chama de processos de singularização (2011). Trata-se, então, de resgatar a potência criadora da vida e ser autor da própria existência, como tenta fazer a protagonista do romance parenteano. Diante desta tentativa, nos resta a indagação: podemos ser, de fato, livres a partir da construção de uma Subjetividade singular, ou seremos sempre reféns dos processos de subjetivação dominantes, não importando nossos esforços?

Frente a estas considerações, julgamos válido lançar uma luz sobre tais temas, visto que estão presentes em nossas vidas a todo o momento, nos rodeando por todos os lados, passando, muitas vezes, por despercebidos. A exposição teórica, bem como a análise realizada neste trabalho, podem trazer contribuições para a nossa vida em particular, assim como para a vida em sociedade, na medida em que nos proporciona um aguçamento de nossa visão acerca destes fenômenos que nos rodeiam. Esperamos, assim, tornar possível o estímulo a uma reflexão de natureza crítica diante de conteúdos científicos e textos literários, trazendo, sempre, uma contribuição de tais campos para nossa vida cotidiana.

Podemos concluir, com este estudo, que o romance parenteano reafirma o processo histórico de construção das Subjetividades, visto que não nos constituímos por uma essência

determinada e imutável, ao contrário, somos seres historicamente situados e, desta forma, nos constituímos, na medida em que somos atravessados pela realidade que nos cerca. O romance também nos mostra como, desde a mais tenra idade, meninos e meninas são submetidos à precoce divisão de papéis e tarefas socialmente definidos para o masculino e o feminino, cerceando, assim, a liberdade de escolha e de expressão por parte dos indivíduos. Apresentamos, ainda, a possibilidade de singularização da existência através da arte, de maneira a negar os valores já consagrados por nossa sociedade, bem como as dificuldades encontradas em tal processo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mirela Fernanda de Freitas. Um estudo sobre os modos de subjetivação na sociedade disciplinar e de controle a partir dos agenciamentos existentes na contemporaneidade. In: CARDOSO JÚNIOR, Hélio Roberto; LEMOS, Flávia Cristina Silveira (org.). *Foucault e Deleuze/Guattari: corpos: instituições e subjetividades*. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.
- BRANCO, Guilherme Castelo. A Subjetividade na arqueologia do saber. In: *Desejo e Sexualidade*. Foucault vol. 4. Revista Mente, Cérebro e Filosofia. São Paulo: Duetto editorial, 2011.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, nº especial, 1994.
- CUNHA, Helena Parente. *As doze cores do vermelho*. 3. ed. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.
- _____. Depoimento apresentado no VIII Seminário “Mulher e Literatura”, 1999, em Salvador, Bahia. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da; RIBEIRO, Maria Goretti. *Mulheres de Helena – trilhamentos do feminino na obra de Parente Cunha*. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.
- DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Volume I. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro, 2004. p. 264-287.
- FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização (1930). In.: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. – São Paulo: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. – 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- KERGOAT, D. Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho. In: LOPES, M. J.; MEYERS, D. E.; WADOW, V. R. (orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LAPOUJADE. “*Para psicanalistas, inconsciente significa sempre a mesma coisa*”. Folha de São Paulo – 29/07/2011 – 16h11
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/981753-para-psicanalistas-inconsciente-significa-sempre-a-mesma-coisa.shtml>>

Acesso em: 27/11/2012

LIMA, João Epifânio Regis de. Estética da existência e os dispositivos de poder. In: *Dossiê Foucault. Conhecimento Prático*, Revista Filosofia. Escala, 2010.

Disponível em: <<http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/37/artigo263384-1.asp>>

Acesso em: 15/03/2013

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, Maria Elizabeth (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.

PARPINELLI, Roberta Stubs. *Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico*. Psicol. estud. vol.10 no.3 Maringá Sept./Dec. 2005.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000300016>

Acesso em: 02/04/2013.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

_____. *Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura*. 1997.

Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/viagemsubjetic.pdf>>

Acesso em: 05/11/2012.

_____. *Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea*. 1999.

Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/novascaos.pdf>>

Acesso em: 05/11/2012.

_____. *“Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma*. 2003.

Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele.pdf>>

Acesso em: 05/11/2012.

_____. *Geopolítica da cafetinagem*. 2006.

Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>>

Acesso em: 05/11/2012.

SCOTT, Joana. *Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.